

**“DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE”, OU COMO SE ESCAPAR DE UM
“REDEMOINHO”: UM PONTO DE VISTA ACERCA DO “RELATÓRIO SOBRE O
DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 2006-VISÃO GERAL”**

Sander Cruz Castelo

RESUMO

Empreende-se, nesse ensaio, uma análise crítica do prefácio do “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial- Visão Geral”, do Banco Mundial, na sua edição de 2006. Primeiramente, traça-se breve histórico do ideário desenvolvimentista, procurando-se contextualizá-lo no tempo e no espaço. Em seguida, faz-se um estudo crítico do relatório, analisando passo a passo suas argumentações. Por fim, traçam-se breves considerações acerca da abrangência ou limitação de suas noções acerca do desenvolvimento.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; banco mundial, relatório 2006.

Sim, abolimos com êxito o capitalismo; agora, só falta abolir o feudalismo.

Michal Kalecki (1899-1970),
economista polonês.

BREVE GENEALOGIA DAS IDÉIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO¹

As análises sobre o “desenvolvimento”, originadas da tentativa de se explicar a persistência de relações pré-capitalistas em ex-colônias e áreas afins, têm alargado, historicamente, a conceituação de seu objeto de estudo. Até a década de 30 do século passado, a ideologia do livre mercado, propulsora do capitalismo concorrencial do século XIX, imperava. Os liberais, crendo que o retardo era produto de restrições impostas ao mercado, provenientes de uma mentalidade tradicional, restringiam o problema a sua acepção econômica. Com a depressão dos anos 30, os adeptos da intervenção estatal, social-democratas em sua maioria, tornam-se hegemônicos, acreditando que o mercado, deixado por si só, desregular-se-ia, cabendo a intervenção sanativa do Estado.² A noção de planejamento econômico³, porém, celebrizou-se

com os comunistas⁴, aplicada na montagem do socialismo real, na extinta URSS, a partir da revolução bolchevique, em 1917. Desde então, a política, pois, passou a ser categoria precípua nas análises sobre o desenvolvimento.⁵

O entendimento que dela se tinha, todavia, no caso em apreço, resumia-se ao da ação dirigida do Estado no campo econômico. Ainda que, após o crack de 1929, e, principalmente, após a segunda guerra mundial, tenha-se montado o chamado Estado do bem-estar social, nos países ricos, o investimento feito na melhoria das condições de vida da população, através da institucionalização do amparo social (saúde, previdência, educação, etc), não era visto como indutor do desenvolvimento. Acreditava-se que, em se gerando demanda efetiva, o desenvolvimento não sofreria outra ameaça.

Com a crise do liberalismo clássico, o intervencionismo estatal é também incorporado nas discussões sobre a superação do subdesenvolvimento, em versões que acentuam a imperiosidade da remoção dos obstáculos à industrialização. No Leste europeu, economistas discutem estratégias para substituir a base produtiva agrícola por outra industrial. Michal Kalecki, presidente da Comissão de Planejamento de Longo Prazo e um dos vice-presidentes do Conselho Econômico do Estado, na Polônia, destaca-se por divergir dos keynesianos, ao propor que, diferentemente das economias desenvolvidas, cujas crises adviriam da insuficiência de demanda efetiva, nas economias subdesenvolvidas as dificuldades se deviam à deficiência da capacidade produtiva. Para elevar esta, propõe medidas cujos efeitos ultrapassariam o campo econômico, como reforma agrária, aumento de tributos incidentes sobre as camadas mais ricas e da produção de bens essenciais de consumo.⁶

A CEPAL, órgão da ONU criado em 1948, ocupou-se particularmente com o tema, em suas implicações na América Latina e Caribe, através de criativos pensadores, como Raul Prebisch e Celso Furtado. Na década de 60, esses teóricos chegam a defender profundas reformas sociais, como a agrária e educacional, que desobstruíssem a industrialização.⁷ Nota-se que, se o investimento humano ainda era tido, majoritariamente, como instrumental, a emergência da questão social, como tema substantivo, se aclarava, para não falar no peso dado ao domínio tecnológico. Sim, a passagem para o desenvolvimento se efetuará pelo crescimento econômico, induzido pelo Estado. Mas não a qualquer preço nem a qualquer custo.

A crise do petróleo, em 1973, representou a agonia do Welfare State. Os princípios liberais revitalizam-se, sob a justificativa de que a ingerência do Estado na economia gerava déficit público e inflação galopante. O paternalismo estatal, no final, mostrar-se-ia nefasto e cruel com aquele que se buscava proteger, o desvalido, ou o que viveria no limiar da indigência.

Os duplos mandatos conservadores de Margaret Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989), na Inglaterra e EUA, respectivamente, simbolizam o apogeu do domínio neoliberal nos países do primeiro mundo, responsável por, internamente, diminuição do Estado, saneamento das contas públicas e corte dos gastos sociais, provocando forte concentração de renda, pauperização das camadas médias e baixas e altos índices de desemprego⁸; e, externamente, políticas agressivas nos domínios militar e econômico, ocasionando o tensionamento da guerra fria.

Nos países emergentes, as teorias da dependência têm bastante repercussão na década de 70, enfatizando os empecilhos colocados pelo 1º mundo ao 3º na trajetória rumo ao desenvolvimento. A partir das teses de Andre Gunder Frank (ALE, 1929-2005), a divisão internacional do trabalho é reposta. Defende-se que o desenvolvido gera o subdesenvolvido.⁹ Uma linha econômica dessas teorias, e mais radical, a qual se filia Franck, defende o rompimento institucional, dada a tendência de estagnação do capitalismo, enquanto outra, política, a qual aderem nomes como o de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, crê num desenvolvimento capitalista subordinado.¹⁰ Entre outros acréscimos dessas teorias para o ideário desenvolvimentista, notabilizam-se a ênfase na articulação mundial dos embates políticos e da luta de classes internas desses países. Mas, fundamentalmente, sua grande contribuição foi ampliar consideravelmente a noção de desenvolvimento, ao abordar, além da dependência econômica e tecnológica, sua variante política e cultural.

Durante a década de 80, a elevação das taxas de juros internacionais, capitaneadas por um EUA que buscava reequilibrar-se economicamente, provocou nos países terceiro-mundistas sucessivas crises cambiais, resultando em recessão. O FMI e o Banco Mundial subordinavam seus empréstimos a esses ajustes recessivos.¹¹ Segundo Bielschowsky,

O clima ideológico internacional era de crescente predomínio da ortodoxia liberal. Se desencadeava um poderoso ataque contra o Estado, o empresariado e os sindicatos da América

Latina, alegando que estavam comprometidos com uma atitude “rentista” que impedia o funcionamento eficiente do mercado e, por fim, a eficiência e o desenvolvimento. A culpa dos males do endividamento seria desse Estado irresponsável e do modelo de industrialização protecionista, incapaz de gerar importações sem recessão e desvalorizações cambiais, dado que era ineficiente e fechado ao progresso técnico (livre tradução do autor).¹²

Mas é somente na década de 1990 que o neoliberalismo vence as resistências nesses países, justamente quando perdia credibilidade nos mais desenvolvidos.¹³ Inspirados pelo Consenso de Washington (1989), documento em que se propugnavam reformas¹⁴ que tirariam os países latino-americanos do fosso da crise econômica, economistas monetaristas, ocupando pastas da Fazenda e dirigindo Bancos Centrais, alçam ao status informal de chanceleres em governos como os de Carlos Menem, na Argentina (1989-1999), e de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), no Brasil, alguns deles chegando mesmo ao cargo máximo da nação, caso de Carlos Salinas (1988-1994) e Ernesto Zedillo (1994-2000), no México.

Países do continente que seguiram à risca o receituário de instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) e do Departamento do Tesouro norte-americano, seja dolarizando a economia, caso da Argentina, ou aderindo a tratados de livre-comércio, como o México, através do NAFTA, em 1994, vão à bancarrota. Em geral, predomina a recessão econômica, produzindo altas taxas de desemprego e arrocho salarial. Para completar, a rede de proteção social, na qual se inclui a legislação trabalhista, duramente conquistada pelos trabalhadores, mas ainda precária e lacunar, é desmontada, provocando efeitos sociais catastróficos, que impulsionam, inclusive, a imigração (do Brasil para Portugal¹⁵, EUA e Japão – na figura dos dekasseguis, por exemplo; da Argentina para o Brasil; do México para os EUA).

No Leste asiático, economias que haviam crescido em ritmo frenético desde a metade da década de 80, através do aporte estrondoso de capital financeiro dos países desenvolvidos (50% do total que investiam no mundo), atraído pela liberalização do seu fluxo, entram em crise em 1997, afetando países de três outros continentes (EUA, Rússia e Brasil). Tailândia, Coreia do Sul e Indonésia protagonizam o desastre, expandido, em menores proporções, para Filipinas, Laos, Malásia e Hong Kong. O fim do “Milagre econômico asiático”, pela retirada de capitais dos investidores, seduzidos pelo aumento das taxas de juro nos EUA, determinada pelo FED, não

teve conseqüências ainda mais deletérias para a população devido aos avanços nos índices sociais obtidos anteriormente nos países da região.¹⁶

A reação ao fundamentalismo de mercado não se fez esperar. Em 1999, primeiro em Colônia (ALE), durante plenária do FMI, depois em Seattle (EUA), em encontro da OMC, manifestantes de variadas matizes ideológicas protestam contra a globalização. Organizações como a “Ação Global dos Povos” propõem que “globalizemos a luta contra a globalização”, enquanto outras, como a ATTAK (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) assumem o ideário altermundista (“Um outro mundo é possível”), seguido também pelo Fórum Social Mundial (cuja primeira edição se deu em Porto Alegre, em 2001).¹⁷

O movimento organizado da sociedade civil se reflete na política institucional. Socialistas destituem os liberais do poder decisório na Europa e na América Latina. Lionel Jospin (2002-2005), na França, José Luiz Rodrigues Zapatero (2004...), na Espanha, e Gerhard Schröder (1998-2005), na Alemanha, representam resistências importantes à ditadura do mercado, constituindo obstáculos, inclusive, à concretização dos princípios que regem a União Européia. Hugo Chaves, na Venezuela (1999...), Evo Morales (2006), na Bolívia, Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002...), Néstor Kirchner (2003), na Argentina, e Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006...), no Chile, provocam reviravolta no quadro político latino-americano, produzindo uma hegemonia da esquerda que, convivendo razoavelmente bem com alguns princípios liberais, não descuida da necessidade de equalização das oportunidades (empoderamento ou intitlamento).¹⁸

Amartya Sen (1933-...), economista e filósofo indiano, sintetiza pesquisas anteriores sobre pobreza, bem-estar e escolha social num livro revolucionador, que vem a lume em 1999, denominado “Desenvolvimento como liberdade”. Resgatando o legado humanista do liberalismo clássico/iluminista de Adrian Smith, o autor defende novos parâmetros de aferição do grau de desenvolvimento de um país, qual seja, as liberdades constitutivas e instrumentais garantidas aos seus cidadãos: “*liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*”.¹⁹ A partir do impacto de suas obras, por meio das quais é agraciado com o prêmio Nobel de economia em 1998, e de sua influência preponderante no PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e da assessoria prestada ao Banco Mundial, o conceito de desenvolvimento toma matizes filosóficas, para muito além da

economia, sendo adjetivado como “humano”.²⁰ Qualidade de vida, e não somente crescimento, torna-se a palavra de ordem e da moda nos relatórios dos organismos internacionais e no dicionário da política, nem que seja como mera retórica.

Os órgãos internacionais de fomento, os mesmos que haviam propagado a panacéia neoliberal, vêem-se acossados a dar resposta ao novo clima político e ideológico e ao caos econômico gerado. O Banco Mundial, por exemplo, entidade ligada à ONU, criada a partir do acordo de Bretton Woods (1944) para financiar a reconstrução da Europa, e hoje presumivelmente voltada para o combate à pobreza e a salvaguarda dos investimentos externos nos países emergentes, “ênfatiza o papel da equidade no processo de desenvolvimento”, no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006, intitulado “Equidade e desenvolvimento”.²¹

A PERSPECTIVA ATUAL DO BANCO MUNDIAL: IGUALDADE COMO MEIO, NÃO COMO FIM

O duplo postulado

A sua visão do empoderamento, todavia, é mais instrumental que substantiva. Dados os prejuízos, a longo prazo, dos investimentos provenientes dos países que o controlam (EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido), perdas decorrentes da instabilidade e imponderabilidade das economias dos “países em desenvolvimento” que aplicaram estritamente o receituário neoliberal, e a resistência política conseqüente, o Banco Mundial afirma, astuciosamente, dois postulados:

- 1) Com mercados imperfeitos, as desigualdades de poder e riqueza traduzem-se em oportunidades desiguais, que acarretam o desperdício de potencial produtivo e ineficiência na alocação de recursos.²²
- 2) As desigualdades econômicas e políticas estão associadas à deterioração do desenvolvimento das instituições.²³

Como possíveis “mercados imperfeitos”, a instituição reconhece os de capital, de terras e o de homens. Resumindo, no primeiro postulado apregoa-se uma democratização relativa no acesso ao crédito, à propriedade fundiária e à capacitação. Somente a suficiente para o funcionamento desimpedido do mercado e a livre e segura movimentação do capital financeiro ...

O segundo postulado alerta para o fato de que as “desigualdades de poder, status e riqueza” tenderiam a formar instituições assimétricas, que reproduziriam aquelas, ameaçando a “inovação e aceitação de riscos – os fundamentos do crescimento a longo prazo”.²⁴ Tirante o dizer óbvio e inofensivo de que a desigualdade produz desigualdade, a defesa irresoluta do empreendedorismo shumpeteriano²⁵ evoca mesmo é o velho *laissez-faire*, propiciador das condições ideais para os investidores.

Três novas perspectivas

Esses postulados acrescentariam “três novas – ou pelo menos frequentemente negligenciadas– perspectivas...”²⁶ para o desenvolvimento. Primeiro, “...as melhores políticas para a redução da pobreza podem envolver redistribuições de influência, vantagem ou subsídios fora dos grupos dominantes”.²⁷ Porém, sem exageros, pois se “...os incentivos individuais forem enfraquecidos pela criação de esquemas de redistribuição que apliquem impostos excessivamente altos ao investimento e à produção, o resultado será menos investimento e menos crescimento.”²⁸

O Banco Mundial é tautológico. Não se discute a premissa, a partir da qual tudo se define: “investimento e crescimento”.

Segundo, embora essas redistribuições (de poder ou acesso aos gastos do governo e mercados) para o aumento da equidade possam muitas vezes aumentar a eficiência, possíveis compensações devem ser levadas em conta na elaboração de política.²⁹

Mesmo a educação para os pobres pode ser sacrificada, quando se obsta a ação dos investidores:

Em algum momento, as elevações dos impostos para o financiamento dos gastos com mais escolas para as pessoas de mais baixa renda serão tão desestimulantes para o esforço ou para o investimento (dependendo-se da forma pela qual os impostos são elevados) que deve-se parar com esta elevação.³⁰

Por fim, em “...terceiro lugar, é falsa a dicotomia entre políticas para o crescimento e políticas voltadas especificamente para a equidade”.³¹ Porém, quando a igualdade atrapalha o crescimento, deve-se mantê-la à distância:

A distribuição de oportunidades e o processo de crescimento são determinados em conjunto. As políticas que afetam um, afetarão o outro. Isso não significa que cada política deve levar a equidade em conta individualmente: por exemplo, a melhor maneira de lidar com os efeitos desiguais de uma reforma comercial específica nem sempre é por meio do ajuste fino da política comercial propriamente dita (o que poderia torná-la mais suscetível à captação) mas por intermédio de políticas complementares de redes de proteção, mobilidade de mão de obra e educação.³²

Insidiosa e cinicamente, apregoa-se e se reconhece a necessidade da desregulamentação do mercado em alguns momentos, combatendo-se a desigualdade gerada com políticas compensatórias que englobam, inclusive, a migração!

O Banco Mundial se destacaria de outros órgãos por não tomar, de modo paternalista, a intervenção estatal como princípio, mas, responsabilmente, como instrumento de ações pontuais, demandadas em contextos específicos:

A análise da experiência de desenvolvimento demonstra claramente a centralidade das condições políticas em geral- apoiando a ênfase na governança , e, nos últimos anos, o empoderamento. Contudo, esse não é nem o mandato nem a vantagem comparativa do Banco Mundial ao proporcionar assessoramento em questões de projeto político. Ao abordarmos as implicações das políticas, focamos, em vez disso, as áreas essenciais da política de desenvolvimento, reconhecendo, ao mesmo tempo, que o planejamento da política precisa levar em conta o contexto social e político mais amplo e que os mecanismos de responsabilidade influenciam a eficácia do desenvolvimento.³³

A ação estatal não pode ser ostensiva nem desestabilizadora. As reformas devem enfraquecer a resistência através da conscientização social e do fortalecimento dos imediatamente beneficiados:

Como as políticas econômicas são determinadas dentro de uma realidade sociopolítica, o modo pelo qual as políticas são planejadas, lançadas, ou reformadas é tão importante quanto quais são

as específicas políticas propostas. As reformas de políticas que resultem em perdas para um determinado grupo serão combatidas por aquele grupo. Se o grupo for poderoso, destruirá a reforma. Por conseguinte, a sustentabilidade das reformas pode depender da divulgação das informações sobre as conseqüências de sua distribuição e, talvez, da formação de coalizões de grupos de classe média e de baixa renda, que deverão beneficiar-se com elas para “empoderar” direta ou indiretamente membros da sociedade relativamente desfavorecidos.³⁴

O Estado, de natureza maligna, verdadeiro Leviatã, com sua sede tentacular, está sempre à espreita, pronto para atacar, pondo tudo a perder:

O modo como as políticas são implementadas tem também um aspecto técnico. Do mesmo modo como enfatizamos que é preciso levar em conta todos os benefícios de longo prazo das redistribuições aos escolhermos as políticas, devemos destacar todos os seus custos. O foco na equidade não altera os fatos de que as expropriações de ativos- mesmo no caso de injustiças históricas- podem ter conseqüências adversas para investimentos subseqüentes, que impostos marginais altos desestimulam o trabalho ou que o financiamento inflacionário de déficits orçamentários tende a acarretar tributação implícita regressiva, desordem econômica e redução de investimento e crescimento. Em suma, o foco na equidade não deve ser desculpa para uma política deficiente.³⁵

Por isso, o Estado deve ser domado, racionalizado. Não esqueçamos que a ingerência do Estado na correção das desigualdades unicamente coadjuva o “primeiro pilar da estratégia de desenvolvimento do Banco Mundial, ou seja, a melhoria do clima de investimento para todos”.³⁶ Quando o atrapalha, deve logo se retirar. Como os capitalistas, agindo por si só, autofagiam-se, uma discreta intromissão corretiva do Estado pode ser útil.

A equalização dos campos político e econômico

O equilíbrio dos campos político e econômico dar-se-ia a partir de três tópicos relacionados com política interna, isto é, “investimento em capacidades humanas”, “ampliação do acesso à justiça, à terra e à infra-estrutura” e “promoção da imparcialidade nos mercados”, e um com política externa, “maior equidade mundial em termos de acesso aos mercados, fluxos de recursos e governança”.³⁷

1) Investimento em capacidades humanas

Inicialmente, o relatório se fixa no papel dos serviços básicos do Estado de evitar que as desigualdades de nascimento se agucem durante a **primeira infância**. Função que se estende no processo de **educação formal**, em que “a melhoria de acesso precisa ser complementada por políticas de oferta (para aumentar a qualidade) e políticas de demanda (para compensar a possibilidade de os pais não investirem adequadamente na educação de seus filhos por vários motivos)”.³⁸ No que se refere à **saúde**, relevam-se aqueles benefícios públicos ao mesmo tempo diretos e indiretos, como a “imunização, água e saneamento e informações sobre higiene e saúde da criança”³⁹, além de se criticar os modelos prevaletentes de oferta de saúde em “catástrofes”, baseados em hospitais públicos, em prol dos “seguros”. Discorre-se, ainda, sobre a necessidade de se ampliarem os **sistemas de proteção social**, pela constituição de um sistema de seguro público universal, em que “cada família que sofrer uma adversidade e cair abaixo de um patamar de padrão de vida predeterminado seria elegível a alguma forma de apoio do Estado”.⁴⁰ Se “sistemas de proteção social mais abrangentes podem ajudar a evitar que as atuais desigualdades -algumas vezes causadas pela má sorte - se tornem arraigadas, acarretando desigualdades futuras”⁴¹, mais importante é que impedem que se possam “restringir os investimentos e a inovação”.⁴²

Para tarefas de tal monta se necessitam de recursos, ou seja, **impostos**. Daí que o “principal objetivo da boa política tributária é mobilizar recursos suficientes, distorcendo os incentivos e comprometendo o crescimento da menor forma possível”⁴³, o que requer um “Estado mais legítimo e representativo”.⁴⁴

Repete-se a velha cantilena sobre a exigência da ação estatal preservar a todo custo o “crescimento”, os “investimentos” e a “inovação”, requisitos intocáveis porque imprescindíveis para tocar o desenvolvimento, e, conseqüentemente, o combate à pobreza. Visa-se formar recursos humanos, sim, mas extrínseca e instrumentalmente (explicando-se, assim, o despudorado flerte com a iniciativa privada, num setor tão sensível). O foco é aquela sagrada tríade. Unicamente o bolo fermentado pode ser repartido.

2) Ampliação do acesso à justiça, à terra e à infra-estrutura

Os **sistemas de justiça** podem combater as desigualdades de oportunidades, ao “sustentar os direitos políticos dos cidadãos e restringir o aprisionamento do Estado pelas elites”, “proteger

os direitos de propriedade de todas as pessoas e garantir a não-discriminação no mercado” e promover “um perfeito equilíbrio entre o fortalecimento da independência dos sistemas de justiça e o aumento da responsabilização”.⁴⁵

Resumindo,

Elas (as instituições legais) apóiam e refletem as regras do jogo na sociedade, e, dessa forma, são elementos centrais para um processo justo - e para garantir direitos de propriedade de amplo alcance e mecanismos imparciais de solução de controvérsias tão importantes para os investimentos.⁴⁶

O cerne, pois, é o estabelecimento de regras compatíveis com as práticas sociais existentes. Não se discute a justeza destas últimas. O máximo a que se permite de antecipação das normas, e ainda com reservas, efetivar-se-ia na questão racial, através, por exemplo, dos programas de ação afirmativa.

Quanto ao sub-item dedicado à **terra**, o relatório não titubeia, demarcando posição logo na 1ª linha, para não deixar margem à dúvidas: “O maior acesso à terra não precisa necessariamente passar pela propriedade”.⁴⁷ Mais abaixo:

A reforma agrária redistributiva faz sentido nas circunstâncias em que as desigualdades são extremas e o contexto institucional permite projetos que efetivamente redistribuam a terra para pequenos fazendeiros e apóiem essa ação com serviços complementares, sem grandes custos transitórios. No entanto, pode ser difícil conseguir isso e as compensações podem ser grandes quando os direitos de propriedade têm um alto grau de legitimidade.⁴⁸

Como se vê, é explícita a indisposição do Banco com a matéria. Tamanhos são os pré-requisitos para um programa vitorioso de reforma agrária, alguns mesmos inconciliáveis, ou não encontráveis juntos, como “desigualdade extrema” e favorável “contexto institucional”, que a questão se afigura como morta antes de nascer. Ou seja, mera retórica. Não satisfeito, o relatório insiste, quase peremptório: “A expropriação da terra (com indenização) é provavelmente o mais nocivo instrumento de redistribuição”.⁴⁹

Feitas estrondosas ressalvas, ganha-se legitimidade para, maliciosamente, apresentar a solução, previsível aos menos incautos: o mercado ou os inofensivos e desinteressantes (para os investidores) “desenvolvimento solidário”⁵⁰ e “capital social comunitário”⁵¹ :

Parecem promissoras as abordagens baseadas no mercado ou na comunidade que permitem aos membros da comunidade conseguir crédito subsidiado para arrendamentos ou compras de terra conforme o princípio *willing-buyer-willing-seller*, como ocorre no Brasil e na África do Sul.⁵²

Como complemento, a “tributação desproporcional de lotes grandes e subutilizados”.⁵³

A desigualdade de acesso à **infra-estrutura** marginaliza grupos do mercado, ou, sob outra ótica, cínica, gera nichos subaproveitados pelos investidores, que vêem potencialidades de negócios goradas ou malfadadas por falta de “estradas, eletricidade, saneamento, telecomunicações”⁵⁴. Aliás, eles podem lucrar com o investimento direto nesses setores, já que as privatizações não devem ser demonizadas:

Embora o setor público continue a ser, em muitos casos, a principal fonte de fundos de investimento em infra-estrutura destinados a ampliar as oportunidades dos menos favorecidos, a eficiência do setor privado também pode ser aproveitada. Embora as privatizações de empresas de serviços públicos costumem ser atacadas por seus efeitos desiguais, a evidência indica uma realidade mais complexa. As privatizações na América Latina geralmente resultaram em acesso a serviços, especialmente em eletricidade e telecomunicações. Em outros casos, contudo, no período pós-privatização os preços aumentam mais do que os ganhos em qualidade e cobertura, levando ao descontentamento geral da população.⁵⁵

Os investidores geralmente têm preferido que os Estados preparem a infra-estrutura para eles, que é muito cara, de retorno financeiro demorado e envolve demasiados riscos. Mas, se as regras forem claras, e os contratos forem cumpridos, não há pelo que temer:

As privatizações são, portanto, um caso clássico de política que pode ou não dar certo, dependendo do contexto local. Se o sistema público for altamente corrupto ou ineficaz e estiver prevista uma capacidade normativa adequada na pós-privatização, a privatização pode ser considerada um bom recurso. Em outros casos, há privatizações mal programadas que transferem ativos públicos a preços excessivamente baixos para mãos privadas.

A experiência mostra que o fato dos serviços de infra-estrutura serem prestados por operadoras privadas ou empresas públicas parece menos importante para a equidade do que a estrutura de incentivos com que se deparam os prestadores e a responsabilidade desses prestadores com relação ao público em geral.⁵⁶

Por exemplo, a existência de agências reguladoras, como no caso brasileiro, garante o lucro dos investidores e a prestação do serviço aos consumidores (em que se transformam os cidadãos, nesse processo). Não se discute o fato de que setores estratégicos da economia, fundantes para as estratégias de desenvolvimento, possam estar sob controle de investidores associados de procedência multinacional. De qualquer forma, mais atraente que os investimentos diretos, é o que se ganha no mercado financeiro. Talvez seja mais seguro comprar títulos da dívida pública de governos “responsáveis” ou ações da Petrobrás do que construir um complexo petrolífero.

3) Promoção da imparcialidade nos mercados

O **mercado financeiro** tem uma dose alta de irracionalidade, que lhe carrega prejuízos e lhe obsta a expansão:

Troca de favores identificadas dos sistemas bancários: o poder de mercado é protegido por alguns bancos grandes, que emprestam favoravelmente a algumas empresas selecionadas, as quais talvez não sejam aquelas com os mais elevados retornos previstos ajustados pelos riscos.⁵⁷

A democratização do crédito, além de responder ao primeiro mandamento do Banco Mundial, “a melhoria do clima de investimentos para todos”, se compatibiliza perfeitamente com o segundo, “o empoderamento”⁵⁸: “A viabilização de um acesso mais igualitário a financiamentos pela ampliação de sistemas financeiros pode ajudar as formas produtivas que antes não podiam obter financiamentos formais”.⁵⁹

O relatório reconhece, porém, que suas indicações são “apenas sugestivas”, pois baseadas em “economias de renda média” e de “baixa renda”. A partir do estudo delas, notou-se um “paradoxo aparente”:

As sociedades com grandes desigualdades de poder e riqueza, instituições precárias e sistemas financeiros controlados geralmente estão sujeitas a setores financeiros restritos voltados para os

poderosos e escondem uma qualidade precária dos ativos. Abrir o sistema financeiro poderia ser considerado uma solução óbvia. A liberalização, contudo, também tem sido freqüentemente identificada pelos poderosos ou ricos, desde países como o México (no início da década de 1990) até economias de transição como a República Tcheca ou a Rússia.⁶⁰

De fato, o “paradoxo” e a solução seriam “óbvias” somente para os investidores incautos, incôscios dos seus interesses. Conclui-se que o raio de ação dos “poderosos ou ricos” pode ser limitado pela regulamentação interna e externa (como a aderência a blocos econômicos, tida como quase imperativa):

O aprofundamento e a ampliação graduais, portanto, precisam estar aliados a uma responsabilização horizontal mais sólida (em estruturas normativas), uma maior abertura e, onde for viável, a disposições de compromissos externos (como a entrada de Estados da Europa Central e do Báltico na União Européia).⁶¹

O crédito popular, como dito anteriormente, pode e deve ser estimulado. Porém, dada a ganância dos investidores, é uma fatia pouco sedutora. O fundamental é não colocar óbices à internacionalização do mercado financeiro: “Os programas destinados às pessoas de baixa renda- como esquemas de microcrédito- podem ajudar, mas não substituem a ampliação do acesso global”.⁶²

Duas vias são traçadas para o nivelamento das oportunidades no **mercado de trabalho**:

- 1) (...) as intervenções no mercado de trabalho devem garantir a aplicação efetiva das principais normas trabalhistas em todo o mercado, o que implica ausência total de trabalho escravo ou forçado, de forma perigosa de trabalho infantil e de discriminação.⁶³
- 2) (...) em todas as áreas, a mescla de políticas precisa ser avaliada de forma as equilibrar proteção (para todos os trabalhadores) com subsídios para a reestruturação, tão fundamental para o crescimento econômico e a criação de empregos.⁶⁴

A primeira demonstra bem a inconseqüência das idéias do Banco Mundial. Entre outros resultados, um dos produtos das “terapias de choque” incitadas pela instituição, na década de 1990, nos países do terceiro mundo, foi a degeneração e precarização das relações de trabalho. Vê-se também que sua noção de “norma trabalhista” é bastante estrita, refém de um humanismo

ou de uma acepção de direitos humanos que se esquivava, a todo custo, de versar sobre a extração da mais-valia no processo de produção.

A segunda é mais coerente com as práticas históricas da entidade. Desconsiderando por completo o embate entre capital e trabalho, o último também deve ser flexibilizado ao máximo, para não assustar os investidores, os únicos que podem gerar o crescimento, indispensável na extinção da pobreza. Decididamente avessa ao trabalho como direito humano fundamental de todos, naturalizar o sexismo na contratação, o desemprego crônico e os baixos salários não a acanha:

A segurança do trabalho é quase sempre fornecida por várias formas excessivamente rigorosas de legislação trabalhista, que de modo geral onera a contratação de trabalhadores, principalmente no caso de mulheres jovens e sem experiência- exatamente as pessoas que as leis tentam proteger. Em muitos países, há alternativas políticas menos distorcidas e mais inclusivas, o que torna o campo de ação mais equilibrado nos mercados de trabalho. Essas alternativas incluem esquemas de seguro desemprego (mais prováveis em países de renda média) e esquemas de emprego de baixa remuneração (idealmente com uma garantia de emprego), que podem ser aplicados com sucesso até mesmo em países ou Estados pobres.⁶⁵

Uma satisfatória abertura do **mercado de produtos** de um país depende de algumas variáveis, como “localização geográfica”, “infra-estrutura”, “qualificações no mercado de trabalho” e “mudanças técnicas com base em aptidões”.⁶⁶ Como, historicamente, na divisão internacional do trabalho, o papel dos países subdesenvolvidos tem sido o de fornecer matéria-prima e mão-de-obra barata aos desenvolvidos, eles podem continuar com essa função menor.

A **estabilidade macroeconômica** é um dogma para o Branco Mundial. Defende-se “*uma postura altamente prudente com a gestão macroeconômica e a regulamentação financeira*”⁶⁷, para as quais se

(...) precisam do apoio de projetos institucionais que associem uma maior liberdade institucional à influência política (bancos centrais independentes e agências reguladoras autônomas) com mais informações e debates em sociedade.⁶⁸

Não se deve esquecer que:

Quando ocorrem crises econômicas, as pessoas de baixa renda pagam o preço mais elevado, pois seus instrumentos são fracos demais para lidar com os impactos do choque. Além disso, a solução da crise é geralmente regressiva, definida por meio de vários mecanismos (a maior parte deles não identificada nos instrumentos tradicionais de pesquisa domiciliar): redução na mão-de-obra, pelo menos de trabalhadores formais; ganhos de capital para aqueles cujo dinheiro vem de fora; e negociações fiscais que põe em prática saídas de emergência para socorrer os efeitos do choque a um custo substancial. Estas saídas de emergência são pagas com a elevação dos impostos e redução dos gastos. Como os impostos costumam ser proporcionais e os gastos geralmente progressivos na margem (especialmente na América Latina), o custo das saídas de emergência é desproporcionalmente suportado pelos mais pobres. A inflação alta também tem sido identificada como prejudicial para o crescimento e regressiva em seu impacto.⁶⁹

Agora, o Banco Mundial beira a obscenidade. Os instrumentos neoliberais que apregoava, e que resultaram no quadro catastrófico atual, devem ser radicalizados. Procura-se curar o doente com o que lhe causou a enfermidade. Hipocritamente, sugere-se que a crise originara-se não da prescrição errada do médico, mas da má aplicação do remédio. Para completar, sadicamente, a entidade se utiliza dos problemas sociais gerados por suas experimentações nefastas para legitimar a continuidade de sua aplicação.

4) Maior equidade mundial em termos de acesso aos mercados, fluxos de recursos e governança.

Para o relatório, as

desigualdades globais são enormes. A redução dessas desigualdades dependerá principalmente de políticas internas aplicadas em países pobres com impacto sobre o crescimento e o desenvolvimento. Mas a ação global pode mudar as condições externas e afetar o impacto das políticas internas. Nesse sentido, as ações globais e domésticas são complementares.⁷⁰

De pronto, o Banco Mundial, na defensiva, procura transferir às vítimas suas (as dele) responsabilidades históricas (e dos países ricos que o controlam) pelo subdesenvolvimento. À espoliação secular de que continentes inteiros foram alvos, desde a expansão comercial e marítima, não é dado relevo. As categorias “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” não são dialetizadas. Define-se-as, a-historicamente, a partir da presença ou ausência de eficiência econômica, objeto da idolatria contemporânea.

Reconhecem-se, no entanto, algumas imperfeições no **mercado global**:

(...) os mercados globais estão longe de ser equitativos e as normas que regem seu funcionamento têm um efeito desproporcionalmente negativo sobre os países em desenvolvimento. Essas normas são o resultado de processos de negociação complexos nos quais os países em desenvolvimento têm pouca possibilidade de opinar. Além disso, mesmo se os mercados trabalhassem de modo equitativo, as dotações desiguais limitariam a capacidade dos países pobres de se beneficiarem com as oportunidades globais.⁷¹

As soluções, como eram de se esperar, são paternalistas, resumindo-se à reordenação jurídica/legal e auxílio financeiro:

O nivelamento da economia global e dos campos de ação políticos, portanto, requer normas mais justas para o funcionamento dos mercados globais⁷², participação mais efetiva dos países pobres nos processos de definição de normas globais⁷³ e mais ações destinadas a ajudar a criar e manter as dotações de países pobres e pessoas de baixa renda.⁷⁴

Silencia-se sobre o aprisionamento dos Estados nacionais pelo mercado financeiro, que leva alguns, mais radicais, a falar até no “fim da política”.

Conclusão do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006-Visão Geral

Conclui-se o relatório reafirmando-se as balizas, em ordem decrescente de importância, do “investimento” e do “empoderamento”, meios eficazes para dissipar a pobreza, pretenso móvel que justifica a existência do órgão:

O apelo por um campo de ação mais nivelado tanto na política quanto na economia dos países em desenvolvimento serve para integrar os dois pilares do Banco Mundial de criar um clima institucional que incentive o investimento e o empoderamento das pessoas de baixa renda. Ao assegurar que instituições reforcem direitos pessoais, políticos e de propriedade para todos, incluindo os atualmente excluídos, os países poderão contar com um número maior de investidores e inovadores e ser muito mais eficazes na prestação de serviços para todos os cidadãos. Uma maior equidade pode, no longo prazo, sustentar um crescimento mais rápido.⁷⁵

Os conceitos, construções humanas que definem o que é real, dizem sobre as intenções de quem os formula. A presença estratégica, nesse trecho do último parágrafo, de dois conceitos, o

de “excluídos” e o de “países em desenvolvimento”, obsessivamente reiterados ao longo do relatório, entrega os objetivos inconfessáveis dos redatores: propagando a tese de que o Banco Mundial é um órgão desinteressado, preocupado unicamente com a extinção da pobreza em nível global, abrem-se as cancelas para a ingerência nos assuntos internos dos países subdesenvolvidos (estes, sim, culpabilizados por sua condição de inferioridade, resultado da incompetência gerencial), cujas políticas econômicas são engessadas para permitir a reprodução do capital financeiro, único habilitado a promover o “crescimento”, que porá fim à pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Immanuel Wallerstein (EUA, 1930)⁷⁶, o conceito de desenvolvimento nacional teve uma data de nascimento, 1917, e outra de falecimento, 1989. Propagado por duas ideologias aparentemente opostas, o wilsonismo e o leninismo, mas que se igualavam no objetivo de ampliar suas zonas de influência na periferia, ele sofreu um primeiro revés no maio de 68. Com o desmoronamento do socialismo real, em 1989, quando se imaginava o triunfo liberal (ou “o fim da História”), descobre-se que ele nada pode oferecer ao mundo abaixo do Equador:

Uma vez que o processo tinha duas etapas- primeiro a descolonização (ou mudança política equivalente), depois o desenvolvimento econômico-, a metade wilsoniana do pacote estava sempre a esperar pelo seu pacote leninista. A perspectiva do desenvolvimento nacional servia para legitimar toda a estrutura do sistema internacional. Neste sentido, o destino da ideologia wilsoniana dependia do destino da ideologia leninista. Em palavras mais cruas e menos indulgentes, o leninismo foi o véu do wilsonismo.⁷⁷

Para o sociólogo, “somente achando uma visão utópica, nova e bem mais sólida, conseguiremos superar a época de problemas que temos pela frente”.⁷⁸

Infelizmente, para o Banco Mundial, o chamado de Wallerstein ecoa no vazio. Procurando prorrogar a validade do wilsonismo, o órgão dá sobrevida a um moribundo. Ao invés de elastecer sua visão de desenvolvimento, assumindo radicalmente sua conotação humana, insiste na retórica, envernizada de PNDU, de que a pobreza se combate, essencialmente, com “crescimento”, e que este se gera com bases seguras para o “investimento”.

A depender do órgão, não sairemos tão cedo do “redemoinho”.⁷⁹

NOTAS

- ¹ Para uma análise mais extensa e profunda, ver FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- ² John Maynard Keynes (ING, 1883-1946), por exemplo, defendia que o capitalismo viveria crises cíclicas, causadas por excesso de produção, havendo a necessidade de medidas preventivas por parte do Estado.
- ³ Através dos “Planos quinquenais” de Stalin, o primeiro, de 1928. A idéia de planejamento econômico, no entanto, é antiga, uma das experiências mais bem sucedidas a do ministério de Bismarck (1815-1898), de 1862 a 1890, na Prússia, assentada na aliança entre Estado e burguesia. FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- ⁴ Estes já refletiam sobre a questão desde o século XIX.
- ⁵ As versões liberais do pensamento desenvolvimentista sobreviveram à crise de 1929, como nas teorias da modernização, populares na década de 50, que consideravam o subdesenvolvimento como um estágio originário, e a modernização como uma fatalidade. Reconheciam a utilidade da ação estatal para acelerar o processo, por meio da difusão de atitudes modernas. Um dos seus principais articuladores foi Gino Germani. GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização*. São Paulo: ed. Mestre JOU, 1974. Para uma leitura crítica dessas teorias, ver: MACHADO, Lia P. “Alcance e limites das teorias da modernização”. In: DURAND, José Carlos G. e MACHADO, Lia P. (orgs). *Sociologia do desenvolvimento II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- ⁶ MIGLIOLI, Jorge (org). *Kalecki: economia*. São Paulo: Àtica, 1980. KALECKI, Michal. *Economias em desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1988.
- ⁷ BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Evolucion de las ideas de la CEPAL”. *Revista de la CEPAL*. Número Extraordinario, Octubre 1998, pp. 21-45.
- ⁸ FIORI, José Luís. Op. Cit.
- ⁹ FRANCK, Andre Gunder. “Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino americano”. In: Luiz Pereira (org). *Urbanização e subdesenvolvimento*. 3ª ed. Zahar, 1976.
- ¹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- ¹¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. Cit, p. 41.
- ¹² Id. Ibidem, p. 41.
- ¹³ FIORI, José Luís. Op. Cit.
- ¹⁴ “Disciplina fiscal; redirecionamento do gasto público para educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária; liberalização da taxa de juros; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio internacional; liberalização da entrada de inversões estrangeiras diretas; privatização; desregulação; direitos de propriedade”. In: <http://es.wikipedia.org/wiki/Consenso> de Washington.
- ¹⁵ Sobre o tema, ver o filme SALLES JR., Walter. *Terra estrangeira* (BRA/POR, 1995).
- ¹⁶ SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 62.
- ¹⁷ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Antiglobalização>.
- ¹⁸ Sobre o percurso das idéias neoliberais, ver: SANTOS, Theotônio dos. *Do terror à esperança: auge e declínio das idéias neoliberais*. Aparecida, Sp: Idéias e Letras, 2004.
- ¹⁹ SEN, Amartya. Op. Cit..
- ²⁰ A tese de Anthony Giddens de que os “recursos autoritários” (organização do tempo-espaço social; produção/reprodução do corpo e organização de oportunidades de vida) são tão importantes quanto os “alocativos” (características materiais do meio-ambiente; meios de produção/reprodução material e bens

produzidos) na constituição da sociedade converge com a humanização do conceito de desenvolvimento proposta por Sen. GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 204.

²¹ BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2006: Equidade e desenvolvimento- Visão Geral . Prefácio*

²² Id. Ibidem, p. 08.

²³ Id. Ibidem, p. 09.

²⁴ Id. Ibidem, p. 09.

²⁵ SCHUMPETER, Joseph. “A resposta criadora na história econômica”. In: LUCAS, F. (org). *Economia e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar , 1975.

²⁶ Id. Ibidem, p. 10.

²⁷ Id. Ibidem, p. 10.

²⁸ Id. Ibidem, pp. 03-04.

²⁹ Id. Ibidem, p. 10.

³⁰ Id. Ibidem, p. 10.

³¹ Id. Ibidem, p. 11.

³² Id. Ibidem, p. 11.

³³ Id. Ibidem, p. 11.

³⁴ Id. Ibidem, p. 11.

³⁵ Id. Ibidem, p. 11.

³⁶ BANCO MUNDIAL. Op. Cit., Prefácio.

³⁷ BANCO MUNDIAL. Op. Cit. p. 11.

³⁸ Id. Ibidem, p. 12. A experiência brasileira da bolsa-escola, condicionada à frequência, é relatada como modelar pelo Banco Mundial.

³⁹ Id. Ibidem, p. 13.

⁴⁰ Id. Ibidem, p. 13.

⁴¹ Id. Ibidem, p.13.

⁴² Id. Ibidem, p. 13.

⁴³ Id. Ibidem, p. 13.

⁴⁴ Id. Ibidem, p. 14.

⁴⁵ Id. Ibidem, p. 14.

⁴⁶ Id. Ibidem, p. 14.

⁴⁷ Id. Ibidem, p. 14.

⁴⁸ Id. Ibidem, p. 14.

⁴⁹ Id. Ibidem, p. 14.

⁵⁰ SINGER, Paul. “Desenvolvimento capitalista e Desenvolvimento solidário”. *Estudos avançados*, v. 18, n. 51, 2004, pp. 07-22.

⁵¹ DURSTON, John. “Construyendo capital social comunitario”. *Revista de la CEPAL*, 69, diciembre-1969, pp. 103-118..

-
- ⁵² Id. Ibidem, p. 14.
- ⁵³ Id. Ibidem, p. 14.
- ⁵⁴ Id. Ibidem, p. 15.
- ⁵⁵ Id. Ibidem, p. 15.
- ⁵⁶ Id. Ibidem, p. 15.
- ⁵⁷ Id. Ibidem, p. 15.
- ⁵⁸ Id. Ibidem. Prefácio.
- ⁵⁹ Id. Ibidem, p. 15.
- ⁶⁰ Id. Ibidem, pp. 15-16.
- ⁶¹ Id. Ibidem, p. 16.
- ⁶² Id. Ibidem, p. 16.
- ⁶³ Id. Ibidem, p. 16.
- ⁶⁴ Id. Ibidem, p. 16.
- ⁶⁵ Id. Ibidem, p. 16.
- ⁶⁶ Id. Ibidem, pp. 16-17.
- ⁶⁷ Id. Ibidem, p. 17.
- ⁶⁸ Id. Ibidem, p. 17.
- ⁶⁹ Id. Ibidem, p. 17.
- ⁷⁰ Id. Ibidem, p. 17.
- ⁷¹ Id. Ibidem, p. 17.
- ⁷² “Autorizar uma maior migração temporária para os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); aumentar substancialmente a liberalização do comércio conforme a Rodada de Doha; permitir que os países pobres usem medicamentos genéricos; e desenvolver normas financeiras mais apropriadas aos países em desenvolvimento”. Id. Ibidem, p. 18.
- ⁷³ “As leis internacionais que regem os mercados globais são o produto de complexas negociações. Em alguns casos, como as convenções dos direitos humanos, os processos que geram as leis são considerados justos. Em outros casos, os processos e resultados são considerados injustos, apesar dos regulamentos formais serem equitativos”. Id. Ibidem, p. 18.
- ⁷⁴ “Os níveis de ajuda precisam ser apoiados de acordo com os compromissos estabelecidos pelos países ricos na Conferência de Monterey em 2002 e devem ser implementados planos concretos para atingir a meta de destinar 0,7% da renda nacional bruta para a ajuda. Um grande volume de assistência somente ajudará se aliviar as restrições e impulsionar o desenvolvimento nos países beneficiários. (...) Os mecanismos inovadores para expandir a assistência ao desenvolvimento devem ser explorados, incluindo impostos globais e contribuições privadas”. Id. Ibidem, pp. 18-19.
- ⁷⁵ Id. Ibidem, p. 19.
- ⁷⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- ⁷⁷ Id. Ibidem, p. 129.
- ⁷⁸ Id. Ibidem, p. 129.

⁷⁹ “Talvez o leitor ache que meu programa de ação social e política criteriosa para os próximos 25 a 50 anos é impreciso demais. Mas é tão concreto quanto é possível sê-lo no meio de um redemoinho. Quanto à vida num redemoinho, eu tenho dito basicamente duas coisas. A primeira, que é preciso saber para que ponto da costa se quer nadar. E a segunda, certificar-se de que os esforços apontam nessa direção. Se a gente quiser maior precisão não vai encontrá-la, e acabará por afundar enquanto a procura”. Id. *Ibidem*, p. 271.